

O processo de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba entre as décadas de 1990 e 2000

The production process of informal housing areas in the metropolis of Curitiba between the decades of 1990 and 2000

Madianita Nunes da Silva



ISSN 2175-3369
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Arquiteta urbanista, doutora em Geografia, professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba - Brasil, e-mail: madianita@gmail.com

Resumo

O artigo baseia-se nos resultados da pesquisa desenvolvida para a tese de doutorado e tem como objetivo caracterizar e analisar o processo de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba, entre as décadas de 1990 e 2000. A partir de diferentes indicadores socioespaciais, demonstra-se que o período estudado foi marcado pela expansão e intensificação da produção desses espaços em toda a aglomeração metropolitana. Verifica-se também que esse crescimento não foi homogêneo, diferenciando-se segundo as tipologias dos assentamentos, suas formas de produção e os agentes sociais envolvidos no processo. A investigação comprova que a dinâmica observada na metrópole de Curitiba assemelha-se à observada em outras metrópoles brasileiras no período, caracterizada pela ampliação da dificuldade de inserção das classes de baixa renda no mercado imobiliário formal, a concentração das necessidades habitacionais na faixa de renda até três salários mínimos, e a emergência de novas formas de acesso à moradia nos espaços informais.

Palabras-clave: Espaços informais de moradia. Metropolização. Necessidades habitacionais. Metrópole de Curitiba.

Abstract

The article is based on the results of research carried out for doctoral thesis, and aims to characterize and analyze the production process of informal housing areas in the metropolis of Curitiba, between the decades of 1990 and 2000. From different socio-spatial indicators, it shows that the studied period was marked by the expansion and intensification of production of these spaces throughout the metropolitan agglomeration. It was also verified that this growth was not homogeneous, differing according to the types of settlements, their ways of production, and the social agents involved in the process. Research proves that the dynamics observed

in the metropolis of Curitiba resembles the same observed in other Brazilian cities in the period, characterized by the expansion of the difficulty of inserting the low-income classes in the formal housing market, the concentration of housing needs in the income range up to three minimum wages, and the emergence of new forms of access to housing in informal spaces.

Keywords: *Informal spaces for housing. Metropolis. Housing needs. Metropolis of Curitiba.*

Introdução

As últimas décadas foram marcadas pela intensificação da concentração da população brasileira nas cidades, e a ampliação da dificuldade de inserção das classes de renda mais baixa no mercado imobiliário formal. De acordo com o Censo 2010, 88,6% dos aglomerados subnormais do país situam-se em 20 regiões metropolitanas, dentre elas, a de Curitiba — que, segundo esse levantamento, ocupa o 12º lugar em população residente nesse tipo de assentamento (IBGE, 2012).

Na metrópole de Curitiba, a carência crescente de moradias para a população de baixa renda acompanhou a dinâmica observada em grande parte das cidades brasileiras a partir de meados do século XX, apresentou-se com o início da metropolização na década de 1970, e evoluiu nas décadas seguintes. Nas últimas quatro décadas, reconhecem-se duas fases distintas, no que diz respeito à produção dos espaços residenciais dessas classes: a primeira entre 1970 e 1980, e a segunda, iniciada na década de 1990.

Entre 1970 e 1980, a produção desses espaços foi marcada pela formação de uma periferia autoconstruída no entorno dos limites da cidade-polo, derivada fundamentalmente da ação regular de proprietários de terra e incorporadores imobiliários. Essa fase foi marcada também pelo crescimento das favelas no polo da metrópole, Curitiba, e pela concentração desses assentamentos e da produção habitacional financiada pelo Estado neste mesmo município. A partir da década de 1990, a produção dos espaços populares de moradia se caracterizou pelo crescimento da informalidade (SILVA, 2012, p. 114).

As duas fases mencionadas coincidem com os períodos de instauração e consolidação da metropolização em Curitiba. A última, iniciada na década de 1990, caracterizou-se também pela incorporação da metrópole às mudanças observadas no regime

de acumulação capitalista em escala mundial, a partir das quais emerge um novo ciclo de desenvolvimento econômico na região e se aprofundam as desigualdades socioespaciais.

Segundo Moura e Rodrigues (2009), esse novo contexto foi marcado por uma realidade de contrastes, explicitada, dentre outras características, pelos indicadores de crescimento do trabalho formal e informal na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Entre 1990 e 2003, segundo as autoras, dos 184.514 empregos formais gerados no Paraná, 31,10% ocorreram na RMC, que em 2000 concentrava 76,59% do total das empresas dos setores secundário e terciário do Estado. No mesmo ano, 204 mil pessoas na região estavam desocupadas, e o Município de Curitiba, que em 2002 respondia por 48,89% do PIB do Paraná, concentrava 57% desse total.

As autoras observam, ainda, que as taxas de pobreza observadas nesse período refletiram-se no acesso à moradia por parte da população de baixa renda. Em 2000, Curitiba, Araucária, Piraquara, Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, no entorno do polo metropolitano, concentravam 74,4% do total de famílias pobres da RMC. Em Curitiba, alguns bairros apresentavam taxas de pobreza superiores à média da região, conformando espaços que representavam a maior concentração de ocupados residindo em assentamentos informais no conjunto da RMC (MOURA; RODRIGUES, 2009 p. 69).

Tomando como referência o fenômeno exposto, o presente artigo caracteriza e analisa a produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba nas duas últimas décadas. No primeiro tópico, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. No segundo, apresenta-se uma síntese quantitativa e qualitativa desses espaços nas décadas estudadas. Por fim, analisa-se o processo de produção das diferentes tipologias dos espaços informais identificados,

apontando os agentes sociais e as dinâmicas socioespaciais preponderantes.

Notas a respeito dos procedimentos metodológicos

A definição dos procedimentos metodológicos adotados teve como referência os seguintes objetivos: (i) elaborar uma análise comparativa da evolução do fenômeno entre as décadas de 1990 e 2000; (ii) levantar a totalidade das tipologias dos assentamentos informais de moradia, sem restrição de número de domicílios e habitantes, identificando os atributos espaciais que os caracterizam; (iii) reconhecer as particularidades do processo em cada município pesquisado, para posteriormente as agregar em escala metropolitana.

A primeira fonte utilizada foi o mapeamento dos espaços informais de moradia, publicado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) no Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC de 2006, elaborado a partir de levantamento realizado no ano de 1997. Esse mapeamento abrangia 19 dos 26 municípios da RMC, e permitiu constatar que o aglomerado metropolitano¹ concentrava a maioria dos assentamentos informais no fim da década de 1990, definindo-o como recorte territorial da pesquisa.

Com a Comec, obteve-se ainda o arquivo digital com os perímetros dos assentamentos e as cópias impressas do levantamento de 1997 em nove municípios do aglomerado metropolitano. Em Campo Magro e Quatro Barras, os dados referentes à década de 1990 foram retirados do PDI de 2006, e em Curitiba, do Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, elaborado em 2005.

Na década de 2000, as fontes foram obtidas com as Prefeituras Municipais. Em Curitiba, Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais e Campina Grande do Sul, utilizaram-se os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), e em Campo Magro e Quatro Barras, Planos Diretores Municipais

e relatórios técnicos. Colombo e Piraquara ficaram de fora da pesquisa pela inexistência de dados desta década, inviabilizando a interpretação da evolução do fenômeno. Por essa razão, a análise do processo ficou restrita a 10 dos 12 municípios do aglomerado metropolitano (Figura 1).

A partir das fontes de pesquisa, identificou-se em cada espaço informal de moradia: a toponímia, a propriedade da terra, as características do sítio, a tipologia, a superfície, o número de domicílios; a renda média dos residentes; a localização geográfica e o perímetro dos assentamentos. Após a coleta e sistematização desses dados, foi elaborada a Base de Informações Georreferenciadas, na escala do aglomerado metropolitano, organizada por meio do *software* ArcGis.

Outra questão relevante, do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, diz respeito aos conceitos utilizados para a classificação das diferentes tipologias dos espaços informais de moradia: favelas, loteamentos clandestinos e loteamentos irregulares.

No caso das favelas, utilizou-se o conceito de *aglomerado subnormal*, adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desconsiderando-se, no entanto, o número mínimo de domicílios. De acordo com Brasil (2007, p. 16), aglomerados subnormais são assentamentos que conformam um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, ocupam ou ocuparam, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), normalmente dispostos de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, dos serviços públicos essenciais.

Loteamentos clandestinos referem-se a parcelamentos executados sem a autorização ou o conhecimento do poder público municipal, instância federativa à qual compete a concessão do direito de fracionar o solo urbano no Brasil. Loteamentos irregulares se caracterizam por parcelamentos que, embora aprovados pelo poder público, foram executados em desacordo com a legislação existente, com o ato de aprovação expedido pelo município, ou ainda, que não foram registrados em cartório após a implantação. Ou seja, os loteamentos irregulares pressupõem a existência do ato de aprovação ante

¹ A RMC, composta na época da pesquisa por 26 municípios, refere-se a uma delimitação legal que, segundo Firkowski (2001, p. 277), não expressa espacialmente o fenômeno de metropolização ocorrido a partir de 1990. Para a autora, o recorte espacial que melhor expressa tal fenômeno abrange 12 municípios, e é denominado *aglomerado metropolitano*.

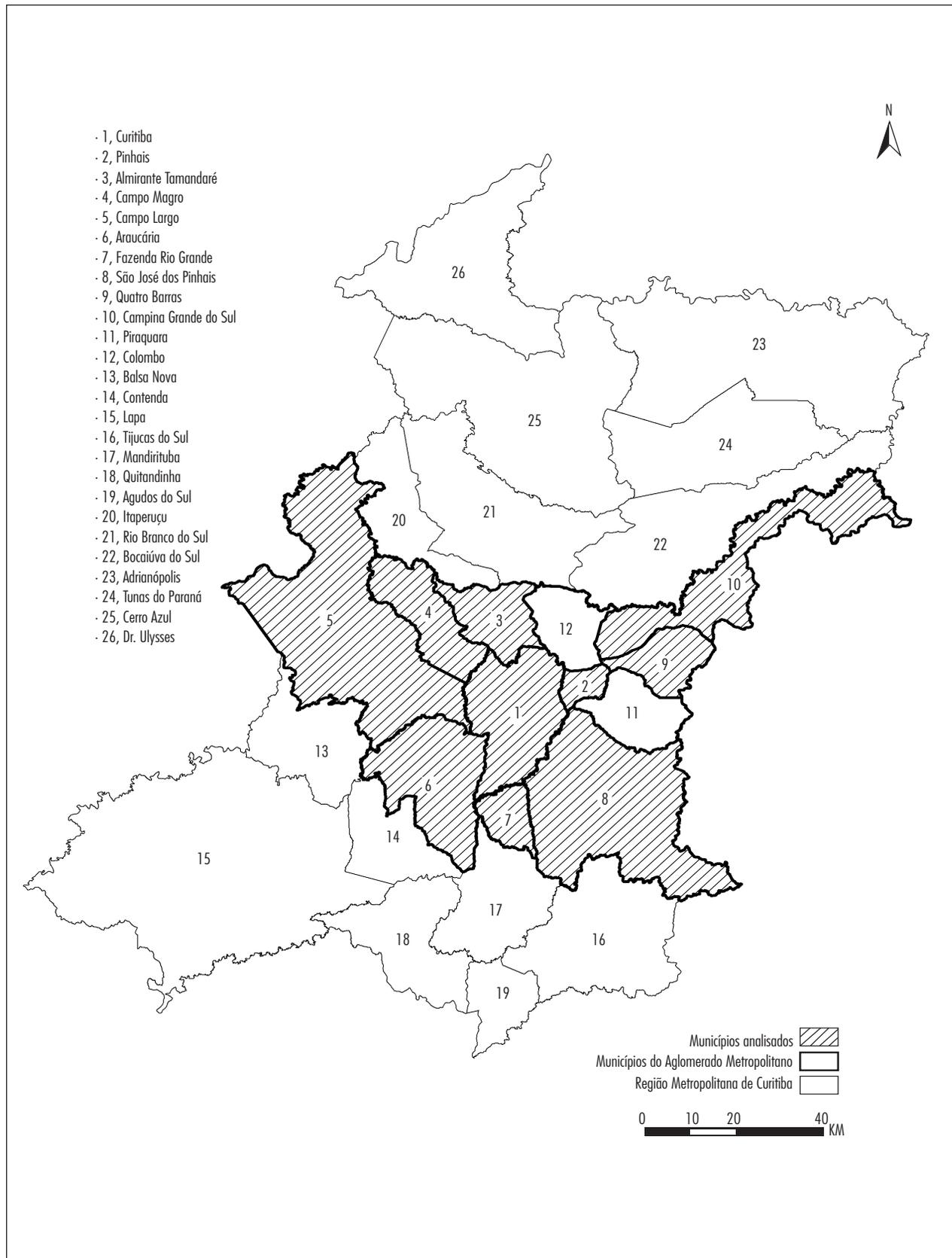


Figura 1 - Região Metropolitana de Curitiba, aglomerado metropolitano de Curitiba e municípios analisados – 2011

Fonte: SILVA, 2012.

o poder público, principal diferença entre eles e os clandestinos (GASPARINI, 1993, p. 3-4).

○ cenário revelado pela pesquisa

Entre as décadas pesquisadas foram identificados 427 novos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba, que de 521 em 1997 passaram a contabilizar 948 no fim da década de 2000, um crescimento de 81,95% (Tabela 1).

As maiores contribuições em número de novos assentamentos no período foram de Curitiba, polo da metrópole, Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré, no norte do aglomerado metropolitano, e em São José dos Pinhais, localizado no sudeste. Campo Magro, Campo Largo e Curitiba apresentaram as maiores taxas de crescimento em número de assentamentos, e o maior número de espaços informais de moradia surgidos no período. Curitiba e Campo Largo contribuíram com aproximadamente 71% das novas áreas identificadas, e 56,43% do total de assentamentos no fim da década de 2000.

Além de uma importante taxa de crescimento, Curitiba se mantém como o município com o maior número de assentamentos na última década, 341 áreas, ou 35,97% do total. Excluindo-se o polo, no fim da década de 2000 os espaços informais se concentram em Campo Largo, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais, que, somados, contribuem com 405 assentamentos, ou 43% das áreas identificadas.

Em relação à evolução temporal do processo, constatou-se que na década de 2000 ocorreu uma expansão significativa do fenômeno nos municípios situados no entorno de Curitiba. A espacialização dos assentamentos entre décadas permitiu verificar, ainda, que os vetores de crescimento foram mais intensos no norte e no sudeste do aglomerado metropolitano (Figura 2).

Em relação à área ocupada, predominam superfícies até 10 ha. Verificou-se, ainda, que as maiores áreas situam-se em Curitiba, Campo Largo, Pinhais e Campo Magro, com uma concentração nos limites do polo com os demais municípios.

Embora não tenham sido obtidos dados da década de 2000 em Colombo e Piraquara, a importância

Tabela 1 - Espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba segundo décadas — 1990–2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	Décadas				Diferença entre Décadas	
	1990		2000			
	Número		Número		Número	
Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Curitiba	167	32,05	341	35,97	174	104,19
Pinhais	24	4,61	38	4,01	14	58,33
Almirante Tamandaré	88	16,89	117	12,34	29	32,95
Campo Magro	9	1,73	42	4,43	33	366,66
Campo Largo	65	12,48	194	20,46	129	198
Araucária ¹	64	12,28	58	6,12	-6	-9,37
Fazenda Rio Grande	22	4,22	38	4,01	16	72,72
São José dos Pinhais	70	13,44	96	10,13	26	37,14
Quatro Barras	6	0,63
Campina Grande do Sul	12	2,30	18	1,90	6	50
Total	521	100	948	100	427	81,95

Legenda: ... Dado numérico não disponível.

¹ O decréscimo no número de assentamentos em Araucária explica-se pelos projetos de regularização fundiária implementados nos últimos anos. A data de origem dos assentamentos aponta para uma evolução ascendente do fenômeno, indicando que aproximadamente 38% surgiram na última década.

Fonte: SILVA, 2012.

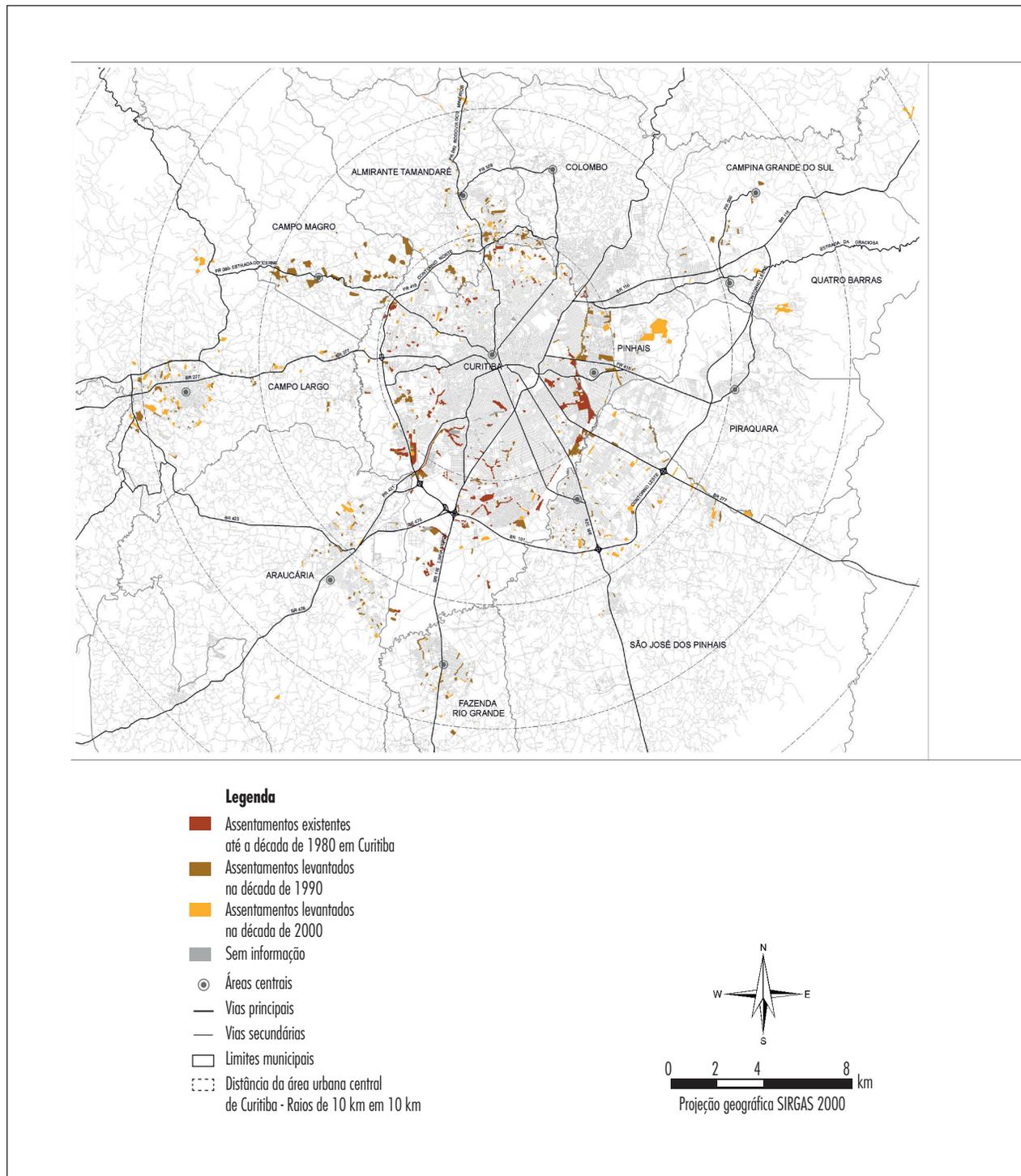


Figura 2 - Espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba segundo décadas - 1990–2000

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Somente em Curitiba obteve-se a data de origem dos espaços informais existentes antes de 1990.

histórica desses municípios no processo de produção dos espaços informais de moradia não pode ser desconsiderada, e reforça as tendências de crescimento a

leste e a norte do aglomerado metropolitano, constatadas a partir da análise dos dez municípios estudados. Segundo o levantamento da Comec, em 1997 Colombo

possuía 92 áreas e 6.301 domicílios, e Piraquara, 47 áreas e 2.985 domicílios em assentamentos informais. Piraquara tem uma participação importante na concentração desses espaços, com o Guarituba², área que, em meados da década de 2000, somava mais de 43.000 residentes (PARANÁ, 2006, p. 61).

A comparação dos dados da área ocupada entre décadas indicou que Campo Largo, Pinhais e São José dos Pinhais contribuíram com a maior quantidade de hectares ocupados de forma irregular no período, aproximadamente 811 ha³ (Tabela 2).

Deve ser feita uma ressalva no crescimento em área ocupada verificado em Pinhais. Na verdade, a origem do fenômeno é anterior a 1990, mas somente na década de 2000 os loteamentos irregulares existentes foram contabilizados. Excluindo-se do cálculo essa tipologia, o crescimento em superfície ocupada na última década neste município foi de aproximadamente 31%, similar ao

ocorrido em Almirante Tamandaré, um dos mais baixos observados.

No fim da última década, Curitiba, Campo Largo, Pinhais e Campo Magro contribuíram com aproximadamente 79% das superfícies ocupadas por espaços informais de moradia.

Em relação ao número de domicílios entre décadas, o crescimento relativo foi de 70,95%. O maior acréscimo foi observado em Curitiba, Campina Grande do Sul e Campo Largo, verificando-se, no entanto, uma evolução ascendente em todos os municípios em que foi possível realizar a análise comparativa deste dado (Tabela 3).

Em Campina Grande do Sul, a evolução no número de domicílios deve-se aos novos espaços informais surgidos na última década, na zona rural. O menor acréscimo no período foi observado em Fazenda Rio Grande, no Sul do aglomerado metropolitano. Curitiba, Almirante Tamandaré e São José

Tabela 2 - Área dos espaços informais de moradia nos municípios pesquisados segundo décadas - 1990–2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	Décadas				Diferença entre décadas	
	1990		2000			
	Área (ha)		Área (ha)		Área (ha)	
Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Curitiba	1.202,88	39,82
Pinhais	73,11	15,52	376,45	12,46	303,34	414,90
Almirante Tamandaré	131,17	27,84	177,58	5,88	46,41	35,38
Campo Magro	358,40	11,86
Campo Largo	58,51	12,42	440,23	14,57	381,72	652,40
Araucária	55,61	11,80	115,21	3,81	59,60	107,17
Fazenda Rio Grande	58,13	12,35	57,10	1,89	-1,03	-1,77
São José dos Pinhais	83,81	17,79	210,03	6,95	126,22	150,60
Quatro Barras	59,20	1,97
Campina Grande do Sul	10,74	2,28	23,94	0,79	13,20	122,90
Total	471,08	100	3.021,02	100	929,46	197,30

Legenda: ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Não foram somados quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis localizados na zona rural de São José dos Pinhais por inexistência de dados.

² Sua origem deve-se a um loteamento aprovado e não implantado antes da vigência da Lei dos Mananciais da RMC, que foi parcelado e vendido de forma clandestina a partir da década de 1980, consolidando o maior assentamento informal da RMC. Situa-se na zona rural de Piraquara, no limite deste município com a área urbana de Pinhais, sendo acessado pela PR 415 (PARANÁ, 2006; ALBIZU, 2008).

³ Não foi possível aferir essa evolução em Curitiba, pela inexistência de dados nas fontes pesquisadas.

Tabela 3 - Domicílios em espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba segundo décadas - 1990–2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					
	Décadas				Diferença entre décadas	
	1990		2000			
Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
Curitiba	33.778	67,14	59.064	68,31	25.286	74,85
Pinhais	2.194	4,36	3.497	4,04	1.303	59,38
Almirante Tamandaré	4.797	9,53	6.238	7,22	1.441	30,03
Campo Magro	230	0,46
Campo Largo	1.729	3,44	4.534	5,24	2.805	162,23
Araucária	1.621	3,22	2.611	3,02	990	61,07
Fazenda Rio Grande	1.554	3,09	1.941	2,24	387	24,90
São José dos Pinhais	3.845	7,64	5.442	6,29	1.597	41,53
Quatro Barras	700	0,81
Campina Grande do Sul	563	1,12	2.451	2,83	1.888	335,34
Total	50.311	100	86.478	100	35.697	70,95

Fonte: SILVA, 2012.

Legenda: ... Dado numérico não disponível.

dos Pinhais mantiveram-se como os municípios com o maior número de domicílios em espaços informais de moradia, com destaque para a cidade-polo, com 68,31% do total no fim da década de 2000.

Considerando a superfície ocupada segundo tipologias no fim da década de 2000, as favelas somam 49,94% da área total dos assentamentos. Os loteamentos clandestinos 37,33%, e os loteamentos irregulares 11,85% (Tabela 4).

Levando em conta o aglomerado metropolitano, Curitiba detém 65% das áreas ocupadas por favelas e 38% dos assentamentos desta tipologia. Campo Largo, Campo Magro e Curitiba respondem por 85% da superfície ocupada, e 83% dos assentamentos em loteamentos clandestinos. A soma das áreas desta tipologia, nesses municípios, corresponde a 31% da superfície total dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano. Pinhais é o município com a maior proporção de área ocupada por loteamentos irregulares, e contribui com 76% da superfície referente a essa tipologia no aglomerado metropolitano.

Tomando como referência as tipologias, as favelas contribuíram com 71,41% do total de assentamentos informais na última década, os loteamentos clandestinos com 24,78%, e os loteamentos

irregulares com 1,89%. A espacialização dessas tipologias permitiu observar as particularidades do processo de produção dos espaços informais de moradia. As favelas predominam e se distribuem em todas as direções do aglomerado metropolitano, observando-se, no entanto, maior concentração em Curitiba. Campo Magro tem maior proporção de loteamentos clandestinos, e em Curitiba e Campo Largo essa tipologia tem peso igualmente importante. Os loteamentos clandestinos se situam nos extremos norte e sul de Curitiba, nas proximidades dos Contornos Norte e Leste, e da BR 376, em São José dos Pinhais (Figura 3).

Os loteamentos irregulares possuem áreas mais extensas que os clandestinos, e estes, que as favelas. O cálculo da mediana da área ocupada segundo tipologias resultou numa superfície de 1,54 ha nas favelas, de 4,22 ha nos loteamentos clandestinos, e de 8,14 ha nos loteamentos irregulares (Tabela 5).

A comparação da área média das favelas em cada município, com a mediana da área desta tipologia no aglomerado metropolitano, permitiu constatar que Curitiba e Pinhais possuem as favelas com as maiores superfícies, e Campo Largo as menores. No caso das outras tipologias, Quatro Barras, Campo Magro, São José dos Pinhais e Campo Largo detém os loteamentos

Tabela 4 - Número e área dos espaços informais de moradia segundo tipologias no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA											
	Favela				Loteamento Clandestino				Loteamento Irregular			
	Número		Área (ha)		Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Curitiba	252	38	979,41	65	89	38	223,46	20	-	-	-	-
Pinhais	32	5	104,16	7	-	-	-	-	6	33	272,28	76
Almirante Tamandaré	97	14	97,76	6	18	8	46,84	4	2	11	32,98	9
Campo Magro	-	-	-	-	42	18	358,40	32	-	-	-	-
Campo Largo	130	19	71,47	5	63	27	368,76	33	-	-	-	-
Araucária	43	6	77,95	5	8	3	10,36	0,9	3	17	0,85	0,2
Fazenda Rio Grande	37	5,5	55,37	4	1	0,5	1,73	0,1	-	-	-	-
São José dos Pinhais	76	11	107,02	7	8	3	59,11	5	6	33	43,90	12,5
Quatro Barras	-	-	-	-	6	2,5	59,20	5	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	10	1,5	15,81	1	-	-	-	-	1	6	8,14	2,3
Total	677	100	1.508,95	100	235	100	1.127,86	100	18	100	358,15	100

Legenda: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Dado inexistente para quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária e seis localizados na zona rural de São José dos Pinhais.

Tabela 5 - Área média dos espaços informais de moradia segundo tipologias no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	TIPOLOGIAS DOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA					
	Favela		Loteamento Clandestino		Loteamento Irregular	
	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)	Área Média (ha)	Densidade (dom./ha)
Curitiba	3,89	53,15	2,51	31,39	-	-
Pinhais	3,25	27,19	-	-	45,38	2,44
Almirante Tamandaré	1,00	43,73	2,60	21,95	16,49	28,35
Campo Magro	-	-	8,53	...	-	-
Campo Largo	0,55	...	5,85	...	-	-
Araucária	1,81	28,85	1,29	29,73	0,28	63,53
Fazenda Rio Grande	1,50	28,97	1,73	194,80	-	-
São José dos Pinhais	1,40	34,26	7,03	13,56	7,31	22,16
Quatro Barras	-	-	9,87	11,82	-	-
Campina Grande do Sul	1,60	39,15	-	-	8,14	14,99
Média	1,87	45,99	4,19	8,67	15,52	7,67

Legenda: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: A densidade corresponde ao total de domicílios dividido pela área total da tipologia em hectares.

No cálculo não foram incluídas as áreas de quatro assentamentos situados na zona rural de Araucária, e seis na de São José dos Pinhais, por inexistência de dados. O valor corresponde à linha denominada "Média" nas colunas, "Área Média (ha)" corresponde ao cálculo da mediana da área ocupada pela tipologia nos municípios.

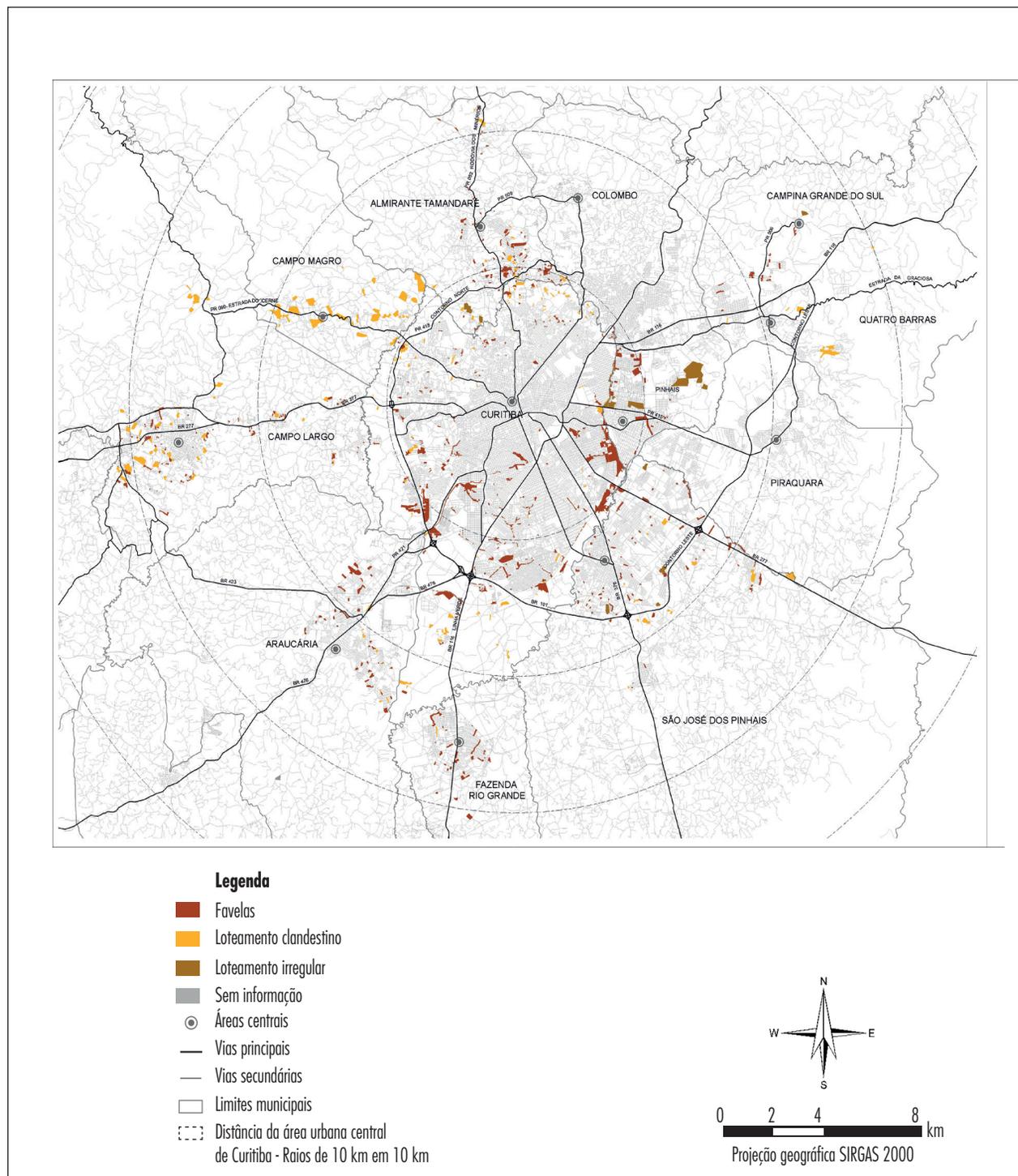


Figura 3 - Tipologias dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

Fonte: SILVA, 2012.

clandestinos com as maiores superfícies; e Pinhais e Almirante Tamandaré, os loteamentos irregulares.

Na média, as favelas possuem densidade demográfica mais elevada, aproximadamente 46 domicílios/

ha. Curitiba, Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul e São José dos Pinhais possuem as favelas onde esse indicador é mais alto. Fazenda Rio Grande possui loteamento clandestino com densidade demográfica

muito elevada em relação às médias encontradas nas três tipologias, 195 domicílios/ha.

A comparação entre o número total de domicílios situados em espaços informais de moradia, e o total de domicílios particulares levantados pelo Censo IBGE 2010, permitiu constatar que Almirante Tamandaré e Campina Grande do Sul detêm as maiores proporções de domicílios informais, 19,15% e 18,03% respectivamente. As menores proporções foram encontradas em São José dos Pinhais e Araucária, 6,07% e 6,54% do total de domicílios particulares (Tabela 6).

Considerando os municípios em que o dado referente ao número de domicílios informais estava disponível nas fontes pesquisadas, a média encontrada no aglomerado metropolitano foi de 9,39% do total dos domicílios particulares levantados pelo Censo IBGE 2010. Curitiba participa com 68% dos domicílios informais do aglomerado metropolitano, e sua representatividade é maior neste indicador do que no número de assentamentos.

Aproximadamente 49% do total das superfícies dos espaços informais de moradia se situam em

áreas privadas, 18% em áreas de propriedade pública, e 18% ocupam áreas em que parte é de propriedade pública e a outra, privada⁴ (Tabela 7).

A análise da propriedade da terra a partir do número de assentamentos, e não da superfície ocupada, possibilita outra conclusão. Neste caso, em torno de 40% deles se situam em áreas públicas, 36% estão em áreas de propriedade privada, e 18% em áreas mistas, públicas e privadas (Tabela 8).

Observou-se, ainda, que mais de 50% dos assentamentos de Almirante Tamandaré, Campo Largo e São José dos Pinhais ocupam áreas de propriedade pública, e em Curitiba, Araucária e Quatro Barras, de propriedade privada.

Os espaços informais de moradia localizados em áreas de propriedade pública têm menores dimensões do que os situados em áreas privadas. Esse índice é explicado porque uma característica da produção dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano, é a ocupação de áreas institucionais de loteamentos regularmente aprovados, destinadas originalmente à implantação de áreas verdes e equipamentos públicos.

Tabela 6 - Domicílios em espaços informais de moradia no fim da década de 2000 e domicílios particulares em 2010 no aglomerado metropolitano de Curitiba

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES	DOMICÍLIOS EM ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA	
		Número	Participação %
Curitiba	633.813	59.064	11,09
Pinhais	38.213	3.497	9,15
Almirante Tamandaré	32.594	6.238	19,15
Campo Magro	8.500
Campo Largo	38.531	4.534	11,77
Araucária	39.916	2.611	6,54
Fazenda Rio Grande	27.628	1.941	7,02
São José dos Pinhais	89.699	5.442	6,07
Quatro Barras	7.042	700	9,94
Campina Grande do Sul	13.590	2.451	18,03
Média	921.096	86.478	9,39

Legenda: ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Em Curitiba, a porcentagem teve como referência o número de domicílios particulares e o de domicílios em espaços informais de moradia no Município em 2005, ano do levantamento.

⁴ Essa síntese não é válida para Campina Grande do Sul, onde a maior parte das áreas é de propriedade pública.

Tabela 7 - Área dos espaços informais de moradia segundo propriedade da terra no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE DA TERRA NOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA							
	Pública		Privada		Pública e Privada		Sem Informação	
	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)	Área (ha)	(%)
Curitiba	164,08	30,26	505,97	34,20	466,31	85,06	66,51	14,75
Pinhais	76,89	14,18	280,33	18,94	19,25	3,51	-	-
Almirante Tamandaré	71,20	13,13	104,57	7,07	1,80	0,33	-	-
Campo Magro	358,40	79,48
Campo Largo	63,63	11,73	372,74	25,19	3,96	0,72	-	-
Araucária	40,42	7,45	47,71	3,22	1,05	0,19	26,04	5,77
Fazenda Rio Grande	13,16	2,43	15,56	1,05	28,37	5,17	-	-
São José dos Pinhais	99,85	18,42	82,71	5,59	27,47	5,02
Quatro Barras	-	-	59,20	4,00	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	13,00	2,40	10,95	0,74	-	-
Total	542,23	100	1.479,74	100	548,21	100	450,95	100

Legenda: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Informação inexistente para 14,89% do total das áreas ocupadas, incluindo todos os assentamentos de Campo Magro.

Tabela 8 - Espaços informais de moradia segundo propriedade da terra no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE DA TERRA NOS ESPAÇOS INFORMAIS DE MORADIA							
	Pública		Privada		Pública e Privada		Sem Informação	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Curitiba	50	13,28	149	43,69	110	79,71	32	34,78
Pinhais	15	4,00	17	4,98	6	4,35	-	-
Almirante Tamandaré	82	21,80	31	9,10	4	2,90	-	-
Campo Magro	42	45,65
Campo Largo	127	33,78	65	19,06	1	0,72	-	-
Araucária	18	4,79	34	9,97	2	1,45	4	4,35
Fazenda Rio Grande	13	3,46	17	4,98	8	5,80	-	-
São José dos Pinhais	62	16,49	20	5,86	7	5,07	7	7,61
Quatro Barras	-	-	6	1,76	-	-	-	-
Campina Grande do Sul	9	2,40	2	0,60	-	-	7	7,61
Total	376	100	341	100	138	100	92	100

Legenda: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Notas Informação inexistente para 14,89% do total das áreas ocupadas, incluindo os assentamentos de Campo Magro.

No que diz respeito ao sítio em que estão implantados, aproximadamente 58% dos assentamentos informais localizam-se em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 16% em Áreas de Preservação Ambiental (APAs). Em Araucária, Pinhais e Campina Grande do Sul essa proporção

é maior, com 70% dos assentamentos situados sobre APPs (Tabela 9).

Curitiba e Campo Largo detêm, aproximadamente, 36% dos espaços informais do aglomerado metropolitano situados em APPs. Campo Largo e Campo Magro concentram 73% dos as-

sentamentos informais sobre APAs. A localização dos assentamentos informais em APPs é predominante, e foi constatada em todos os municípios (Figura 4).

Apenas em Curitiba, Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, os PLHIS levantaram

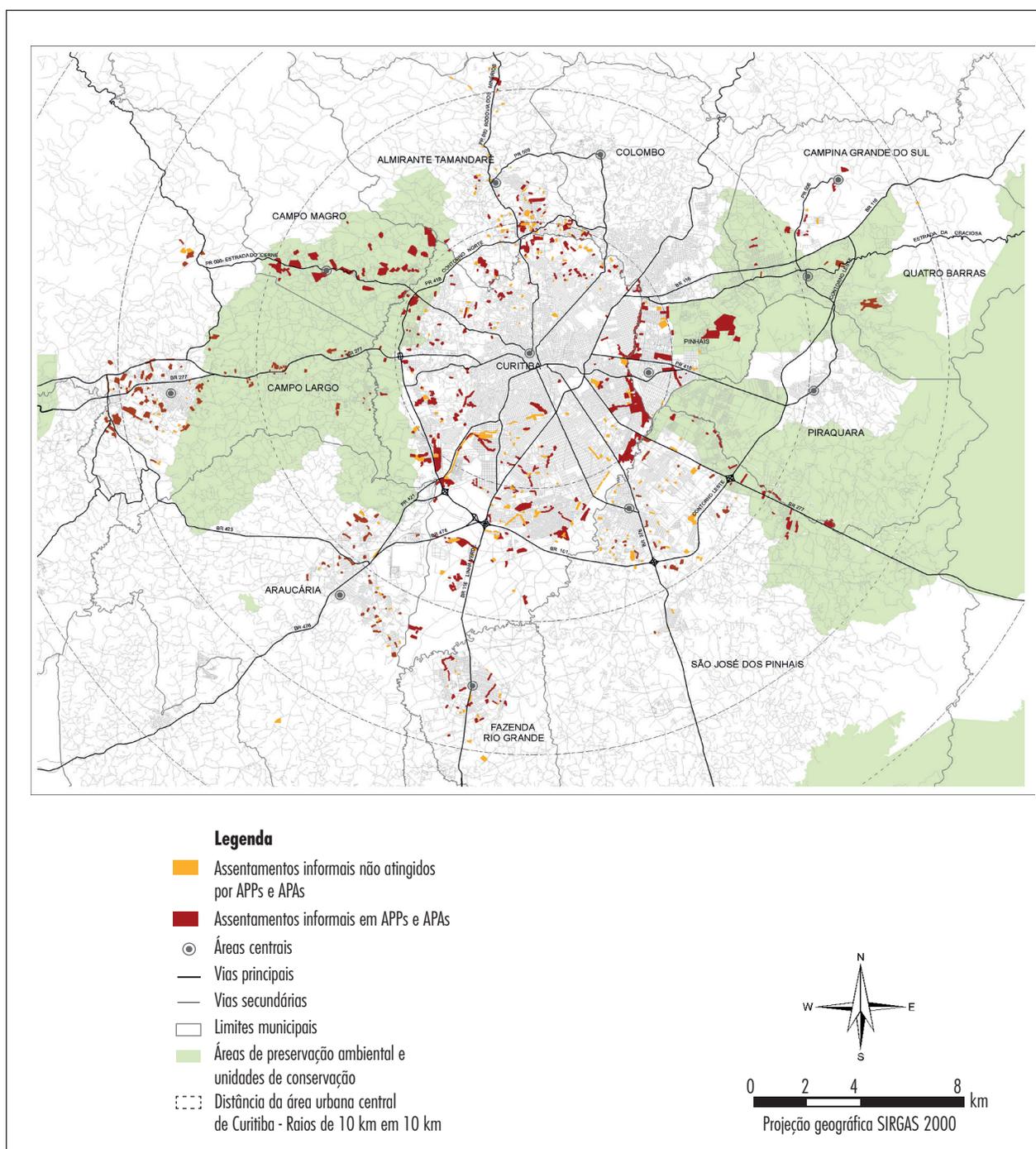


Figura 4 - Espaços informais de moradia situados em APPs e APAs no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

Fonte: SILVA, 2012.

Tabela 9 - Número e percentual de espaços informais de moradia situados em APPs e APAs no aglomerado metropolitano de Curitiba na década de 2000

MUNICÍPIO	NÚMERO	EM APP		EM APA	
		Número	(%)	Número	(%)
Curitiba	341	211	61,88	35	10,26
Pinhais	38	27	71,05	2	5,26
Almirante Tamandaré	117	53	45,30	-	-
Campo Magro	42	18	42,86	28	66,67
Campo Largo	195	128	65,64	86	44,10
Araucária	58	43	74,14	-	-
Fazenda Rio Grande	38	22	57,89	-	-
São José dos Pinhais	96	35	36,46	1	1,04
Quatro Barras	6	3	50,00	3	50,00
Campina Grande do Sul	18	12	66,67
Total	949	552	58,17	155	16,33

Legenda: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento; ... Dado numérico não disponível.

Fonte: SILVA, 2012.

Nota: Dados inexistentes para os 18 assentamentos de Campina Grande do Sul

em cada assentamento dados referentes a áreas sujeitas a risco de acidentes ambientais e atingidas por faixas de domínio. Nestes municípios, aproximadamente 35% dos espaços informais de moradia estão em áreas sujeitas a inundações. Em Araucária, 17% dos assentamentos localizam-se em áreas com risco de deslizamentos. Em Curitiba e Araucária, aproximadamente 15% dos espaços informais encontram-se sobre faixas de domínio de rodovias, ferrovias e linhas de alta tensão.

Em relação à renda dos residentes, na maioria dos municípios as famílias ganham até três salários mínimos⁵. Em Curitiba, Araucária e Fazenda Rio Grande, onde os PLHIS disponibilizavam esse dado em cada assentamento levantado, a renda média encontrada foi mais baixa, em torno de dois salários mínimos. No polo, aproximadamente 41% dos residentes em espaços informais de moradia encontram-se nesta faixa de renda. Em Araucária, 53%, e em Fazenda Rio Grande, a totalidade das famílias.

A renda dos moradores dos loteamentos clandestinos é, em média, mais elevada que a dos que vivem em favelas. Em Curitiba, que concentrou na

última década 44% desta tipologia, 82% dos domicílios em loteamentos clandestinos têm renda superior a três salários mínimos e, deste percentual, 40% ganham mais que cinco salários mínimos.

Em Araucária, os espaços informais de moradia localizados no perímetro urbano, com renda média mais baixa, entre um e dois salários mínimos, situam-se em bairros periféricos limítrofes a Curitiba. Nos assentamentos localizados na zona rural, a renda média encontrada foi menor, até um salário mínimo. De acordo com as informações obtidas, a maior parte dos residentes em assentamentos informais nesse município paga aluguel e está formalmente empregada.

A partir dos dados analisados, constatou-se que no fim da década de 2000 as favelas predominam no aglomerado metropolitano de Curitiba, e respondem por 70% dos assentamentos, 50% da superfície ocupada e 84% dos residentes em espaços informais de moradia. Esta tipologia concentra-se nas proximidades do polo, e ocupa áreas menores comparadas às dos loteamentos clandestinos e irregulares. A maioria das favelas está em áreas de propriedade pública, inicialmente destinadas à proteção

⁵ Em janeiro de 2010, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 510,00 ou U\$ 283,00.

ambiental ou ao uso institucional, em loteamentos regularmente aprovados. A localização em áreas públicas é mais importante nos municípios do entorno, mas também se apresenta em Curitiba.

Os moradores das favelas são os cidadãos submetidos ao maior número de irregularidades (fundiária, urbanística e econômica⁶) e às piores condições de moradia. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos, marcados por altas declividades, inundações, precariedade dos materiais e das técnicas construtivas, e a carência de infraestrutura urbana.

Nelas reside a parcela da população mais pobre, com grande proporção de famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Nas novas favelas que se expandem na zona rural dos municípios metropolitanos, a renda é ainda mais baixa (menos de um salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, com maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e aos equipamentos urbanos.

No que tange às lógicas que conduzem as ações dos agentes produtores das favelas, destacam-se as novas formas de acesso à moradia, por meio da locação e da comercialização dos imóveis. A locação de imóveis em favelas foi verificada em Araucária, e pode-se considerar que ela ocorra nos demais municípios do aglomerado metropolitano. A comercialização de imóveis em favelas é uma prática corrente em diferentes municípios, conforme demonstraram Pereira e Silva (2009) na pesquisa realizada em Curitiba, Pinhais e Almirante Tamandaré no ano de 2008.

Os loteamentos clandestinos respondem por 25% dos assentamentos, 37% da área ocupada e 12% dos domicílios informais. Essa tipologia é a principal responsável pela extensão da mancha de ocupação urbana no Norte do aglomerado metropolitano e no extremo sul do município de Curitiba. Uma característica relacionada a seu processo de produção é que os novos assentamentos surgiram no entorno de eixos viários de circulação regional, ou em áreas com restrições legais ao parcelamento do solo urbano.

Arenda dos moradores, nos loteamentos clandestinos, é em média mais elevada que a dos residentes nas favelas, e o perfil encontrado os posiciona fora da faixa da população a ser atendida por programas de produção de habitação de interesse social, três salários mínimos.

A ação clandestina de loteadores de terra é antiga, e constitui uma das principais forças responsáveis pela formação e extensão das periferias urbanas no Brasil desde meados do século XX. A singularidade da ação destes agentes na metrópole nas últimas décadas, deve-se ao aumento de loteamentos clandestinos no núcleo da aglomeração metropolitana, especialmente em Curitiba.

Os loteamentos irregulares são menos expressivos em número, apenas 2%, mas representam 12% da área total dos espaços informais. Eles predominam no leste do aglomerado metropolitano, e a principal irregularidade é de natureza urbanística, pois derivam de parcelamentos executados antes da Lei Federal n. 6.766/1979 e da Lei de Proteção dos Mananciais da RMC, aprovada na década de 1990.

Outra característica é o surgimento de novos loteamentos irregulares em áreas públicas, na última década. Tal dinâmica revela aspectos da produção dos espaços populares de moradia nos municípios metropolitanos, pois sua origem deve-se à necessidade de relocação de famílias de áreas de risco de acidente ambiental ou a produção de lotes urbanizados para o atendimento das famílias inscritas nos programas públicos de habitação.

No período estudado, ocorreu tanto a extensão territorial como a intensificação da dinâmica de produção dos espaços informais de moradia no aglomerado metropolitano. Esse crescimento não foi homogêneo e resultou da ação e articulação de distintos agentes sociais.

No que diz respeito à extensão da mancha urbana, identificam-se dois principais vetores de crescimento, a Norte e a Sudeste da aglomeração metropolitana. Nessas duas regiões foram encontrados os indicadores mais elevados em termos de número de assentamentos, domicílios e densidade

⁶ Segundo Baltrusis (2005) e Abramo (2009), a produção dos espaços informais de moradia atualmente caracteriza-se por uma nova forma de irregularidade, a econômica, que se soma à fundiária e urbanística, e a partir da qual a lógica da necessidade articula-se a do mercado imobiliário. Segundo Abramo (2009, p. 6-7), seu surgimento deve-se à existência de instituições informais que garantem o funcionamento do mercado imobiliário informal, permitindo, ao longo do tempo, a sucessão das gerações e dos contratos de natureza implícita estabelecidos nas transações de comercialização dos imóveis, em geral baseadas na confiança e na lealdade.

demográfica. A expansão do processo ocorreu também de forma intensiva no interior da mancha urbana existente, conforme revelaram os dados de densidade e a localização das tipologias predominantes.

As favelas localizam-se, majoritariamente, no interior da mancha de ocupação urbana consolidada, e possuem densidades demográficas mais elevadas. A evolução do processo de produção desta tipologia indicou que o crescimento desses assentamentos realizou-se fundamentalmente pelo aumento dos residentes nos assentamentos pré-existentes, sendo, portanto, mais intensivo do que extensivo. Essa dinâmica é mais importante nas favelas mais próximas do centro da cidade-polo (Figura 5).

Os loteamentos clandestinos constituem o principal vetor de extensão da mancha de ocupação urbana. Considerando o polo metropolitano, esta tipologia situa-se nas áreas mais periféricas, mas não em qualquer ponto da periferia, e sim naqueles com melhor acessibilidade; situados em geral, no entorno de vias de ligação regional.

O cruzamento dos vetores de direção e sentido de expansão do processo, permitiu constatar que, no norte do aglomerado metropolitano, o crescimento extensivo se apresenta com mais força, e no restante da sua área prevalece o intensivo.

Outra conclusão refere-se ao fato de que, no período entre levantamentos, o acréscimo em superfície ocupada e em número de domicílios foi mais importante que o surgimento de novos assentamentos, indicando que o crescimento extensivo e intensivo dos assentamentos informais preexistentes, localizados mais próximos do núcleo metropolitano, destacam-se em relação à produção de novas áreas informais na periferia. Este movimento revela uma tendência pela preferência de localização dos seus residentes, nas proximidades da área urbana consolidada, onde o acesso à infraestrutura, aos equipamentos e às atividades econômicas é facilitado.

A ocupação de áreas públicas é outro elemento importante para a compreensão do processo nos municípios situados no entorno de Curitiba. Neste aspecto, destaca-se a ocupação de áreas impróprias ou proibidas ao uso residencial, por estarem sujeitas a risco de acidentes ambientais, serem destinadas à preservação ou à implantação de equipamentos públicos, característica observável em todo o aglomerado metropolitano, independente da tipologia do espaço informal de moradia analisado.

A dinâmica de produção dos espaços informais revela que, em cada um dos principais vetores de expansão, o processo se realiza a partir da ação de agentes sociais e interesses diferenciados. No norte do aglomerado metropolitano, onde predominam os loteamentos clandestinos, a participação de proprietários de terras é fundamental, observando-se a difusão desta tipologia na última década sobre áreas de APA. No sudeste, caracterizado majoritariamente pela produção de favelas em áreas de propriedade pública, destaca-se a participação dos poderes públicos locais e dos grupos sociais sem condições e acesso à moradia formal.

Produção dos espaços informais de moradia e da metrópole

A partir do fenômeno estudado, constata-se que a produção dos espaços informais de moradia deriva da ação de distintos agentes sociais, formados por indivíduos, grupos sociais organizados, proprietários de terra, empresas envolvidas com a atividade imobiliária e governos, movidos por lógicas distintas, ora conflitantes, ora convergentes.

Os residentes, em especial das favelas e dos loteamentos clandestinos, são movidos pela lógica da necessidade e compostos pela parcela da população com recursos insuficientes para adquirir ou alugar uma moradia pelos meios formais. A partir da variação observada na renda de seus residentes (de menos de um a mais de cinco salários mínimos), da concentração dessas tipologias em áreas distintas do espaço metropolitano, e das diferentes formas de produção e acesso à moradia nesses assentamentos, pode-se afirmar também que as razões de tal dificuldade são diferenciadas e não podem ser explicadas apenas pela baixa renda de seus habitantes.

A lógica da necessidade revela que a intensificação da produção dos espaços informais de moradia relaciona-se às necessidades de reprodução da população metropolitana em sentido ampliado. Ou seja, não está restrita às condições socioeconômicas da população, mas dela também participa, com igual ou maior importância, o processo a partir do qual o espaço metropolitano é hoje produzido. A partir dessa constatação, as estratégias de atuação de todos os agentes sociais envolvidos na produção da metrópole ganham importância, destacando-se os responsáveis pelos espaços

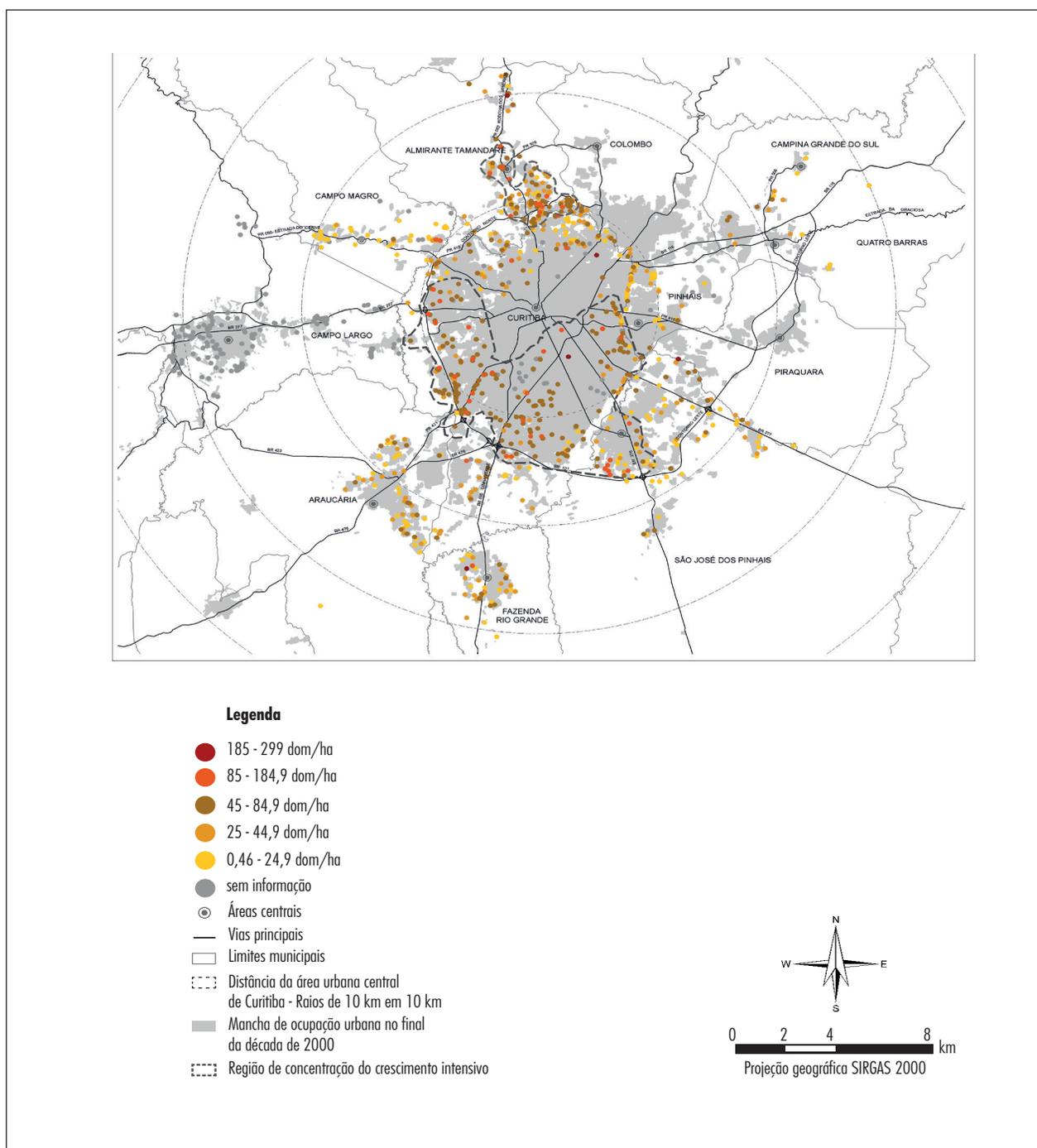


Figura 5 - Densidade dos espaços informais de moradia e área de concentração do crescimento intensivo no aglomerado metropolitano de Curitiba no fim da década de 2000

Fonte: SILVA, 2012.

destinados à realização das atividades produtivas emergentes e os novos produtos imobiliários para as classes de renda mais elevada.

Outro aspecto é que a acumulação e a reprodução do capital por meio da contínua extração da renda da

terra se concretizam pela participação de todos os envolvidos na atividade imobiliária, formal ou informal. De acordo com essa lógica, são produzidos distintos espaços residenciais — favelas, loteamentos clandestinos e condomínios residenciais fechados, a partir

dos quais se distribuem os diferentes conteúdos socioespaciais responsáveis pela estruturação do espaço metropolitano. A atuação dos agentes envolvidos com a atividade imobiliária singulariza-se também pelas novas formas de acesso à moradia das classes populares, destacando-se a comercialização e a locação de imóveis em assentamentos informais.

A compreensão das singularidades desses distintos ramos do mercado imobiliário é preponderante para explicar a produção dos espaços informais de moradia, pois, em relação, ambos participam da composição geral dos preços dos imóveis e transformam as formas e os conteúdos socioespaciais dos fragmentos que compõem a espacialidade metropolitana.

A presença de fenômenos socioespaciais vinculados à fase de reestruturação produtiva observada em escala mundial também desempenhou um importante papel no processo de produção dos espaços residenciais. A partir de sua difusão, novos e vultosos investimentos dos setores imobiliário e produtivo, viabilizados pelo capital transnacional, promoveram a refuncionalização de espaços consolidados e o surgimento de novos, alterando a lógica dos investimentos públicos, da regulação urbanística e da composição do preço da terra.

Na realização do processo descrito, o Estado cumpre um papel decisivo, que se concretiza em distintas escalas de gestão, da federal à municipal, e se realiza por meio de uma complexa rede de relações, interesses e expedientes. Com base na análise realizada, a ação desse agente pode ser sintetizada: (i) pela execução do ordenamento territorial, principalmente a partir do zoneamento de uso e ocupação do solo, da tributação dos imóveis urbanos, e do acompanhamento e controle do processo de produção do espaço; (ii) pelos investimentos e a decisão da localização dos serviços e da infraestrutura urbana; (iii) e pela política habitacional praticada.

No que diz respeito ao ordenamento territorial, o primeiro expediente do Estado realiza-se pela aplicação parcial e/ou flexível da legislação urbanística, uma característica histórica na prática do planejamento urbano no Brasil. A partir dessa racionalidade, a Lei vale para algumas áreas da cidade, em geral aquelas onde a normativa atende aos interesses da produção imobiliária formal, e é pouco exigida em áreas residenciais populares ou com restrições à ocupação urbana. A flexibilização da

norma urbanística é norteadas por objetivos similares aos anteriormente expostos, mas se concretiza pelas alterações sucessivas e oportunistas dos parâmetros urbanísticos.

Apesar de ilegal, a dinâmica descrita é coerente com um modelo de produção de cidade, planejada por um Estado subsidiário de interesses privados e grupos minoritários. A partir dela, a cidade não é apenas produzida, mas também gerida em fragmentos, viabilizando grupos e objetivos variados, de proprietários fundiários e corporações, a políticos interessados em relações clientelistas baseadas na exploração da pobreza.

Outro aspecto é que embora as mudanças sucessivas dos parâmetros de ordenamento territorial sejam justificadas, no discurso, pela garantia da qualidade e o equilíbrio do ambiente urbano, na prática elas garantem que a ocupação e a distribuição dos espaços residenciais realizem-se por meio da repartição dos diferentes grupos sociais. Essa divisão materializa-se pelas novas formas de produção do habitat residencial e suas localizações, formais e informais, a partir das quais emerge um modo de vida urbana marcado pelo convívio de iguais e a existência de espaços públicos cada vez menos plurais e democráticos. Tal modelo tem relação com a maior ou menor possibilidade dos grupos sociais em acessar aos diferentes produtos imobiliários e ao consumo, estabelecendo-se por meio desta lógica, novas clivagens socioespaciais.

Ao padrão de execução da normativa urbanística, agrega-se a inexistência de uma política fundiária que obrigue o cumprimento da função social da propriedade urbana, e da qual participam os sistemas de tributação dos imóveis urbanos e de informações para controle e acompanhamento do uso e ocupação do solo. Estas formas de atuação do Estado, somadas às anteriormente descritas, potencializam a acumulação e reprodução do capital através da extração da renda da terra, contribuindo para o aumento da fragmentação e da polarização socioespacial.

Destaca-se, por fim, o poder da esfera municipal no disciplinamento e na execução da política de ordenamento territorial em aglomerações metropolitanas, que tem produzido a gestão fragmentada de um fenômeno espacial que é uno. A existência de uma política urbana com tais características contribui para a produção de metrópoles que, conforme

identificado em Curitiba, caracteriza-se pela ocupação precária de periferias cada vez mais distantes do núcleo urbanizado, pelo aumento e manutenção de vazios urbanos à espera de valorização imobiliária, pela ocupação clandestina de áreas ambientalmente protegidas e frágeis, e pelo adensamento de espaços informais e precários situado em áreas próximas ao centro mais urbanizado.

No que diz respeito à política habitacional, deve-se destacar a preponderância e a manutenção da lógica do mercado imobiliário. Tal expediente materializa-se pela concepção de programas de provisão de moradias que desconsideram as demandas, necessidades e limites da população que deveria ser por eles atendida, provocando a inversão de prioridades nos investimentos públicos e beneficiando principalmente a atividade imobiliária. As consequências de uma política com tais características são comprovadas pelo crescimento da informalidade urbana nas últimas décadas no Brasil, que tem ocorrido em paralelo à retomada dos investimentos federais em moradia, permitindo-se questionar, portanto, a efetividade das ações executadas nos últimos anos na redução das necessidades habitacionais.

A partir da pesquisa desenvolvida, comprova-se, portanto, que os espaços informais de moradia constituem elementos analíticos fundamentais para a compreensão das lógicas e morfologias responsáveis pela reestruturação da metrópole de Curitiba nas últimas décadas, permitindo-se associar a intensificação desse processo ao fenômeno de internacionalização. Dessa forma, a reestruturação presente se realiza pela expansão e concentração dos novos espaços destinados às atividades econômicas e das redes de infraestrutura de comunicação e circulação avançadas, bem como dos espaços pobres, precários e informais.

A comprovação desse fenômeno é relevante para a compreensão da lógica a partir da qual são produzidas as metrópoles na presente fase da urbanização, especialmente em países com grandes desigualdades socioespaciais. Além disso, corrobora a hipótese de que considerar apenas os novos espaços destinados à reprodução do capital é insuficiente para explicar a complexidade e a totalidade do fenômeno de reestruturação espacial experimentado pelas metrópoles na contemporaneidade.

Referências

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 2009.

ALBIZÚ, E. J. **Diretrizes para um centro de triagem de materiais recicláveis quanto ao ambiente construído em relação à segurança e saúde no trabalho: um estudo de caso no Guarituba, município de Piraquara — Região Metropolitana de Curitiba — Paraná.** 215 f. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) — Programa de Pós-Graduação em Construção Civil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

BALTRUSIS, N. **Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo.** 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano.** Brasília: 2007.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba.** 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GASPARINI, D. **Regularização de loteamento e desmembramento.** São Paulo: FPFL; Cepam, 1993.

IBGE. Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais. **Sala de Imprensa, Brasília, 21 de dezembro de 2011.** Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2057&busca=1&t=censo-2010-11-4-milhoes-brasileiros-6-0-vivem-aglomerados-subnormais>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

SILVA, M. N. da **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba.** 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. (Org.) **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009. 370 p.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional. Curitiba: Comec, 2006.

PEREIRA, G.; SILVA, M. N. da. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Org.). **Dinâmicas intra-metropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital Editora, 2009. p. 295-314.

Recebido: 04/04/2013
Received: 04/04/2013

Aprovado: 29/07/2013
Approved: 07/29/2013